

ENTRE A DOCÊNCIA E A PRODUÇÃO DE CONTEÚDO: RELATO DE EXPERIÊNCIA NO CURSO TÉCNICO EM SECRETARIA ESCOLAR DA REDE E-TEC BRASIL

Geysa Karla Alves Galvão¹

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável (FCAP/UPE), Recife-PE, Brasil (geysa.kagalvao@upe.br)

Resumo: Analisa-se o desenho instrucional e a prática docente na disciplina Técnicas e Estratégias de Organização do Curso Técnico em Secretaria Escolar da Rede e-Tec Brasil. Adotou-se abordagem qualitativa, com observação participante e análise temática de caderno didático, relatórios de tutoria e diário docente. A integração multimídia promoveu engajamento e a compreensão da secretaria como espaço de cidadania, mas revelou desigualdades de letramento digital e tensões do acúmulo de funções docentes.

Palavras-chave: Secretaria escolar; Educação a distância; Gestão documental; Design instrucional; Trabalho docente.

INTRODUÇÃO

A democratização da educação profissional no Brasil consolidou-se, nas primeiras décadas do século XXI, por meio de políticas públicas de expansão da Educação a Distância (EaD), entre as quais se destaca a Rede e-Tec Brasil. Em Pernambuco, a efetivação dessas diretrizes ocorreu mediante convênios entre a Secretaria Executiva de Educação Profissional (SEEP-PE) e o Ministério da Educação (MEC), com vistas à interiorização da oferta de cursos técnicos de nível médio e à qualificação do funcionalismo de apoio escolar.

Este relato tem por objetivo analisar o desenho instrucional e a prática docente desenvolvidos entre abril e agosto de 2017 na disciplina Técnicas e Estratégias de Organização do Curso Técnico em Secretaria Escolar, examinando, a partir da percepção docente sistematizada em registros da própria experiência, como a produção de um caderno didático multimídia e o acúmulo das funções de conteudista, formadora e tutora se articularam na mediação pedagógica. Cabe delimitar o alcance do estudo: não se pretende mensurar ganhos de aprendizagem discente, para o que seriam necessários instrumentos avaliativos não disponíveis à época nem recuperáveis retrospectivamente, mas analisar as decisões de desenho instrucional adotadas, os desafios enfrentados e as percepções registradas ao longo do curso.

O trabalho situa-se na confluência de três campos, o que caracteriza sua natureza interdisciplinar. Do campo da Educação a Distância e do design instrucional provêm os critérios de concepção do material e de mediação tecnológica; do campo da

Arquivologia provêm os fundamentos técnicos do conteúdo ensinado; e do campo da Administração Pública e da gestão escolar provêm a compreensão da secretaria como estrutura institucional produtora de efeitos jurídicos sobre a vida civil dos estudantes. É na articulação desses três domínios, e não em qualquer um deles isoladamente, que reside a especificidade formativa do Técnico em Secretaria Escolar.

Na interface entre EaD e produção de materiais didáticos, Filatro (2008) destaca que o design instrucional contextualizado exige a análise do perfil do aprendiz, a definição de estratégias de mediação e a seleção criteriosa de tecnologias alinhadas aos objetivos educacionais, indo além da simples organização de conteúdos. Trata-se de prática reflexiva que considera as especificidades do aprendiz adulto, sua autonomia relativa e suas limitações de tempo e de acesso, elementos relevantes na formação técnica a distância voltada a trabalhadores do funcionalismo escolar. Complementarmente, Kearsley (2005) argumenta que a eficácia da aprendizagem online não reside apenas na transmissão de informações, mas na criação de ambientes que promovam engajamento ativo, autonomia e interação significativa com o conteúdo, deslocando o papel do docente de expositor para curador e facilitador. Rodrigues e Lemos (2019) reforçam esse deslocamento ao demonstrarem que metodologias ativas aplicadas à modalidade a distância dependem menos da sofisticação da ferramenta e mais da intencionalidade didática que organiza seu uso.

Em relação à gestão documental e à organização de arquivos escolares, Schellenberg (2004) e Jardim (1987) constituem marcos fundamentais.



Schellenberg (2004) estabeleceu os princípios do ciclo de vida documental, distinguindo as idades corrente, intermediária e permanente. Jardim (1987) avançou na aplicação desses princípios à realidade brasileira, discutindo a gestão de documentos como política pública e instrumento de transparência e eficiência administrativa. A gestão escolar, na perspectiva de Lück (2009), oferece o arcabouço necessário para compreender a secretaria escolar como estrutura integrada ao projeto pedagógico da instituição, e não como mero apêndice burocrático. Fartes e Santos (2011), por sua vez, discutem os saberes, a identidade e a autonomia na cultura docente da educação profissional e tecnológica, referencial produtivo para interpretar as tensões decorrentes do acúmulo de funções analisado adiante.

A experiência aqui relatada adquiriu novos contornos com a passagem do tempo. Quase uma década depois, o cenário educacional foi profundamente transformado, sobretudo a partir da pandemia de COVID-19. O ensino remoto emergencial forçou instituições e docentes a uma transição rápida e nem sempre planejada para o ambiente virtual (Cunha et al., 2020). Esse fenômeno evidenciou a importância estratégica da EaD e acelerou processos de digitalização até então periféricos, o que se estendeu inclusive à formação continuada de outras categorias profissionais do serviço público (Eugênio et al., 2023). Como apontam Silva et al. (2025), a EaD bem estruturada demonstrou resiliência superior em contextos de crise. No cenário pós-pandêmico, Maciel e Souza (2024) documentam o crescimento expressivo da modalidade no Brasil, Costa e Almeida (2024) apontam tendências de amadurecimento institucional e redesenho curricular, e Oliveira (2023) reforça que a efetividade da EaD depende de planejamento pedagógico consistente, materiais de qualidade e mediação docente qualificada.

A contribuição original deste trabalho consiste em conectar uma experiência prática anterior à pandemia com as demandas do presente, identificando elementos que se mantiveram centrais, práticas que se consolidaram e lacunas que ainda persistem na formação técnica a distância, com atenção particular ao arranjo de trabalho docente que tornou a experiência possível.

MATERIAL E MÉTODOS

O estudo caracteriza-se como relato de experiência de abordagem qualitativa, do tipo descritivo-analítico, tendo como objeto a prática docente desenvolvida pela autora na disciplina Técnicas e Estratégias de Organização do Curso Técnico em Secretaria Escolar da Rede e-Tec Brasil, entre abril e agosto de 2017. Conforme orienta Gil (1999), o relato de experiência constitui gênero acadêmico legítimo para a sistematização de práticas, desde que se explicitem o

contexto, os sujeitos, as ações realizadas, os referenciais que as embasaram e as reflexões decorrentes da vivência. Trata-se de pesquisa fundada em observação participante e em autoanálise da prática, uma vez que a autora acumulou simultaneamente as funções de professora conteudista, responsável pela elaboração teórica e metodológica do material didático; professora formadora, definidora dos parâmetros curriculares e das estratégias de avaliação; e tutora a distância, mediadora da interação no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

O contexto do relato foi a Rede e-Tec Brasil, política pública federal de expansão da educação profissional técnica a distância, implementada em Pernambuco mediante convênios entre a SEEP-PE e o MEC. A disciplina compunha a matriz curricular do Curso Técnico em Secretaria Escolar, ofertado na modalidade a distância para servidores e candidatos ao funcionalismo de apoio escolar em municípios da capital e do interior pernambucano.

Para dimensionar a escala da oferta estadual, recorreu-se aos microdados do Censo Escolar da Educação Básica de 2017 (Brasil, 2018), com filtragem das matrículas em educação profissional técnica de nível médio na rede estadual de Pernambuco. O tratamento indicou um contingente da ordem de 2.500 a 3.000 matrículas. Optou-se por apresentar o dado em faixa, e não em valor absoluto, por precaução metodológica: a estrutura dos microdados não permite isolar com segurança as matrículas vinculadas especificamente à oferta técnica a distância da SEEP-PE em relação ao conjunto da educação profissional da rede estadual, de modo que a faixa expressa a margem de indeterminação inerente ao recorte. O contingente reflete a capilaridade da rede de Escolas Técnicas Estaduais (ETEs) e o alcance dos polos de apoio, evidenciando tanto a demanda por formação técnica na área quanto o desafio logístico de ofertar educação profissional de qualidade em um Estado marcado por desigualdades regionais.

A carga horária foi distribuída ao longo de quatro semanas, combinando atividades síncronas, em chat, e atividades assíncronas. Entre estas, destacam-se as aulas, gravadas previamente pela docente e disponibilizadas no AVA para acesso no ritmo de cada estudante, além da leitura de materiais, da participação em fóruns e da realização de exercícios. Conforme os registros de turma, a oferta analisada reuniu aproximadamente 40 estudantes, majoritariamente mulheres, com faixas etárias diversificadas, incluindo desde concluintes recentes do ensino médio, sem vivência anterior na função, até profissionais já atuantes em secretarias escolares das redes estadual ou municipal.



Compuseram o corpus o caderno didático produzido pela autora (Galvão, 2017), com 63 páginas, identificação de autoria e data de 2017; os planejamentos de aula e roteiros de estudo; as interações registradas nos fóruns de discussão; os relatórios de tutoria encaminhados à coordenação do curso, que consolidavam o acompanhamento da participação discente e do uso dos materiais complementares; e o diário reflexivo mantido pela docente ao longo de toda a experiência.

O material foi submetido a análise temática, apoiada nos procedimentos de categorização propostos por Bardin (2016) e organizada nas fases de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Definiram-se a priori quatro categorias: desafios da transposição didática para a EaD; estratégias de integração multimídia; engajamento e participação dos discentes; e percepções sobre a fidedignidade documental. Da exploração do material, sobretudo do diário reflexivo, emergiu uma quinta categoria, não prevista inicialmente: tensões decorrentes do acúmulo de funções docentes. A seção seguinte organiza-se segundo essas cinco categorias.

Registre-se uma opção metodológica relevante para a interpretação dos achados. Em razão do intervalo de quase uma década entre a oferta e a análise, e do enquadramento ético descrito a seguir, os registros discentes foram tratados de forma sintética e integralmente anonimizada, sem reprodução literal de enunciados. A análise opera, portanto, no nível da recorrência temática documentada nos relatórios de tutoria e no diário reflexivo, e não no da citação de falas individuais, o que delimita as afirmações apresentadas: trata-se de percepções docentes sistematizadas, e não de transcrição literal das falas discentes.

A pesquisa observa os princípios da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que dispõe sobre as normas aplicáveis às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais (Brasil, 2016). O estudo enquadra-se na hipótese de dispensa de registro e apreciação pelo sistema CEP/CONEP prevista no art. 1º, parágrafo único, inciso VII, da referida Resolução, por tratar-se de pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situação emergente da prática profissional, desde que não revele dados que possam identificar os sujeitos. Em conformidade com esse enquadramento, os registros dos fóruns foram tratados de forma integralmente anonimizada, sem menção a nomes, polos, unidades escolares ou quaisquer elementos que permitam identificação, e utilizados exclusivamente para fins de análise da prática docente.

Três limitações precisam ser explicitadas. A primeira é a natureza retrospectiva da análise, realizada quase uma década após a oferta, o que implica dependência dos registros preservados e possível perda de nuances

contextuais. A segunda decorre da coincidência entre pesquisadora e objeto: ao analisar material de sua própria autoria, a docente está exposta a viés de confirmação, o que foi mitigado, ainda que não eliminado, pelo recurso preferencial a registros produzidos à época e pelo esforço deliberado de identificar e relatar resultados desfavoráveis ao desenho adotado. A terceira é a ausência de instrumentos padronizados de mensuração, seja de aprendizagem, seja de letramento digital prévio, o que restringe o alcance das afirmações a percepções documentadas e a hipóteses para verificação futura, sem permitir inferência causal.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira etapa estruturante da experiência consistiu na produção do Caderno de Secretaria Escolar: Técnicas e Estratégias de Organização, manual instrucional de 63 páginas planejado para subsidiar quatro semanas de curso. Sua confecção envolveu esforço interdisciplinar coordenado com equipe de coordenação do curso, revisores de língua portuguesa, diagramadores e a coordenação executiva da Secretaria de Educação, o que evidencia a complexidade institucional da produção de conteúdos para a EaD pública.

O percurso programático organizou-se em quatro competências, concebidas para proporcionar evolução gradual dos saberes, das noções relacionais imediatas à complexidade operacional dos sistemas acadêmicos informatizados. A Competência 01, Assuntos relacionados aos serviços da secretaria escolar, introduziu a compreensão do espaço físico, funcional e legal da secretaria, detalhando a documentação básica em três pilares: documentos relativos aos estudantes, documentos relativos aos funcionários e rotina administrativa de controle de frequência. A Competência 02 tratou da organização, manutenção e conservação do arquivo escolar, avançando sobre o ciclo de vida documental e os métodos de arquivamento direto e indireto, e culminando na construção da Tabela de Temporalidade Documental (TTD) e no estabelecimento de parâmetros de conservação preventiva, com vedação ao uso de grampos metálicos, elásticos e fitas adesivas, fontes de oxidação e degradação extrínseca do papel. A Competência 03, Conservação e verificação da vida escolar e profissional, concentrou-se na administração dos instrumentos formais de escrituração e na responsabilidade civil, administrativa e penal dos profissionais, abordando a emissão de certificados e diplomas, o uso de códigos validadores sequenciais e os livros de registro obrigatórios. A Competência 04 convergiu para os fluxos digitais e a transição do suporte físico para o eletrônico, demonstrando a operacionalização das demandas no âmbito do Sistema de Informações da Educação de Pernambuco (SIEPE), abordando o preenchimento de diários de



classe, lançamento de notas e validação de frequências.

A categoria mais recorrente nos registros do diário reflexivo diz respeito à conversão de normativas técnicas e legislações em texto didático capaz de sustentar estudo autônomo. O desafio central não foi a seleção do conteúdo, disponível em fontes normativas consolidadas, mas a construção de um texto dialógico que mitigasse a sensação de isolamento característica da modalidade, guiando o discente por uma trilha de aprendizagem autônoma, porém assistida.

Alinhado ao que Filatro (2008) denomina design instrucional contextualizado, o caderno foi concebido não como repositório estático de informações, mas como elemento ativo de um ecossistema de aprendizagem. Optou-se por ancorar o material em registros fotográficos e em reproduções fiéis de formulários, livros de matrícula e ferramentas de ponto administrativo, aproximando o estudante de sua futura rotina laboral desde as primeiras páginas. Estruturalmente, o documento apoiou-se em referências normativas consagradas, como os princípios arquivísticos de Schellenberg (2004) e as bases da gestão escolar de Lück (2009), assegurando que o conteúdo não se reduzisse a receituário prático desprovido de fundamentação.

Essa opção respondeu a um problema específico da transposição: a tendência de que materiais técnicos convertam procedimentos em listas de passos, esvaziando o sentido da ação administrativa. Ao discutir o atendimento ao público, por exemplo, o conteúdo não se limitou a normas de etiqueta, mas tratou a secretaria como porta de entrada para a inclusão escolar, articulando organização física do ambiente, clareza das informações prestadas e redução de barreiras de acesso.

O desenho metodológico empregou de forma sistemática as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC). A leitura do caderno foi intercalada com indicações de videoaulas exclusivas, nas quais a conteudista debatia rotinas setoriais e estratégias organizacionais, simulando conversa direta com o aluno a distância, em sintonia com Kearsley (2005). O material integrou hiperlinks para bases eletrônicas do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e para o texto integral de decretos e leis regulamentares, ampliando o repertório normativo. Disponibilizaram-se ainda materiais de apoio em PDF, com formulários autênticos preenchíveis e legislações complementares. Como estratégia de disparo de debate, recorreu-se também à intertextualidade cultural, mediante análise de ambientes de secretaria retratados em obras de ficção e cinema, prevista desde o planejamento como recurso de problematização das rotinas.

A arquitetura dessas estratégias buscou romper com a linearidade dos manuais tradicionais, transformando a leitura em processo de navegação hipermídia e promovendo o que o design instrucional define como aprendizagem ancorada. A disponibilização em múltiplos formatos, o vídeo para a contextualização empática, o PDF para o estudo offline e o hiperlink para o aprofundamento jurídico, funcionou simultaneamente como estratégia de inclusão digital e como resposta às limitações de infraestrutura dos polos. Entendeu-se que a acessibilidade na EaD técnica não se restringe ao acesso ao sinal de internet, estendendo-se à clareza da arquitetura da informação: o caderno atuou como mapa de navegação diante do volume de legislações e sistemas, reduzindo a sobrecarga cognitiva.

Cabe registrar, contudo, um resultado desfavorável ao desenho adotado. A multiplicação de formatos pressupunha condições de acesso que nem todos os polos ofereciam, e os relatórios de tutoria sugerem que parte dos recursos previstos como complementares operou, na prática, como conteúdo de acesso desigual.

Não foi aplicado instrumento de mapeamento de letramento digital prévio, o que impede afirmar qualquer associação entre uso dos materiais complementares e familiaridade anterior com navegação em portais governamentais. A percepção da tutora, registrada no diário reflexivo, sugere essa relação como hipótese, cuja verificação demandaria instrumento específico aplicado no início da oferta, procedimento que se recomenda para futuras edições. O que os registros autorizam afirmar é a existência de heterogeneidade significativa no aproveitamento dos recursos digitais complementares, indicativa de desigualdade de competências digitais que merece atenção no redesenho da disciplina.

A estratégia de intertextualidade cultural, por sua vez, mostrou-se produtiva como disparador de debate. A análise da produção textual nos fóruns evidenciou que a discussão de ambientes de secretaria retratados na ficção mobilizou reflexões sobre disposição ergonômica, controle de circulação de pessoas, fluxo de atendimento ao público e ética profissional, funcionando como via de acesso a temas que a abordagem estritamente normativa tendia a tornar áridos. Esse achado converge com o argumento de Rodrigues e Lemos (2019) quanto ao potencial das metodologias ativas na modalidade a distância.

A categoria de maior densidade nos registros dos fóruns associa-se à Competência 03. A discussão de casos práticos evidenciou que essa competência foi percebida pelos discentes como a mais reveladora, por demonstrar que o trabalho do secretário escolar transcende a técnica e adentra o campo ético-jurídico. Por meio da análise de situações simuladas, discutiu-se como a fidedignidade dos registros impacta



diretamente a vida civil do estudante, da comprovação de escolaridade para o mercado de trabalho ao acesso a benefícios sociais.

Os registros sugerem deslocamento de percepção ao longo da disciplina: a Competência 01 introduziu a compreensão da secretaria como centro de relacionamento institucional, e não como depósito burocrático; a Competência 03 consolidou a leitura de cada código validador e de cada assinatura como selo de segurança jurídica que protege tanto o histórico do discente quanto a integridade da instituição. Esse deslocamento dialoga diretamente com Jardim (1987), para quem a gestão documental constitui política pública e instrumento de transparência, e com Lück (2009), ao situar a secretaria como estrutura integrada ao projeto pedagógico.

Em contrapartida, a análise dos relatórios de atividades revelou maior dificuldade precisamente na Competência 04, de natureza digital e operacional. A dificuldade reforça a importância de desenhos instrucionais que ofereçam ambientes de simulação seguros, nos quais o erro não comprometa dados reais, e indica a necessidade de ampliar a carga horária dedicada à prática simulada em sistemas informatizados. Assim, a compreensão tecnológica consolida-se como pilar da gestão escolar contemporânea: a digitalização não elimina o rigor documental, mas redefine a ética da informação.

O acúmulo das funções de conteudista, formadora e tutora foi apresentado como arranjo de racionalidade administrativa. Nos registros do diário reflexivo, contudo, ele emerge como o fator que mais condicionou tanto os acertos quanto as fragilidades da experiência, razão pela qual constitui a categoria de maior interesse analítico deste relato.

A primeira tensão é temporal. O caderno didático já se encontrava disponível aos estudantes desde o início da oferta, mas as videoaulas eram gravadas semanalmente, no decorrer da própria disciplina, de modo que a produção de conteúdo competia, na agenda da docente, com o tempo de resposta aos fóruns. Na EaD, em que a presença docente se manifesta sobretudo pela tempestividade da devolutiva, essa sobreposição incide diretamente sobre a qualidade da mediação. Os períodos de maior intensidade na gravação das videoaulas coincidem, nos registros, com os intervalos de resposta mais longos aos fóruns, sugerindo que o custo do acúmulo recai justamente sobre a dimensão relacional que a modalidade mais exige.

A segunda tensão é epistemológica. A conteudista projeta um estudante ideal, dotado de autonomia e de condições regulares de estudo; a tutora encontra o estudante real, boa parte deles trabalhadores, com jornada dupla e acesso intermitente à internet. O acúmulo de papéis permitiu que essa distância fosse

percebida em tempo real e realimentasse o material, vantagem inegável do arranjo e provável explicação para a aderência do caderno ao público a que se destinava. Em sentido oposto, expôs a docente à dificuldade de avaliar criticamente a própria produção enquanto a mediava: quem escreveu o material é, estruturalmente, a pessoa menos apta a identificar suas lacunas.

A terceira tensão é institucional. A concentração de funções amplia a autonomia relativa do docente sobre o processo formativo, o que Fartes e Santos (2011) associam à constituição da identidade profissional na educação profissional e tecnológica. Simultaneamente, individualiza responsabilidades que são estruturalmente coletivas, deslocando para o trabalho docente encargos de concepção, formação e mediação que, em desenhos institucionais mais robustos, se distribuiriam entre equipes. O que se apresenta como flexibilidade e agilidade na execução de política pública pode, em outro ângulo, ser lido como transferência de custo institucional para a jornada individual.

Daí decorre a quarta tensão, de replicabilidade, e o ponto de maior consequência prática. Os resultados favoráveis descritos anteriormente dependeram, em medida não desprezível, de um esforço individual não previsto formalmente na carga horária da função. Isso significa que a experiência é, no sentido estrito, pouco replicável: reproduzi-la exigiria ou a mesma sobrecarga, ou um desenho institucional que distribua as três funções entre profissionais distintos com protocolos de articulação bem definidos. Filatro (2008) descreve o design instrucional como prática de equipe, e a experiência relatada confirma essa premissa pela via negativa, ao demonstrar o que custa executá-la sem equipe.

Essa leitura ganha relevo no cenário pós-pandêmico. A separação entre concepção e mediação, com professores conteudistas produzindo materiais aplicados por tutores, generalizou-se como modelo de escala na EaD brasileira. A experiência aqui relatada representa o polo oposto dessa divisão, e sua análise sugere que nenhum dos dois extremos é satisfatório: a separação completa produz materiais descolados da realidade discente, e a concentração completa produz coerência ao custo da sustentabilidade do trabalho docente. O problema de desenho institucional consiste em preservar o canal de realimentação entre quem produz e quem media sem concentrar ambas as funções na mesma pessoa.

Um aspecto significativo que emerge da análise retrospectiva é a permanência do material. De acordo com o acompanhamento realizado pela autora junto à coordenação do curso, o caderno didático e as videoaulas seguiram em uso no Curso Técnico em



Secretaria Escolar por aproximadamente quatro anos após sua elaboração.

Materiais didáticos que permanecem relevantes ao longo do tempo são indicadores de design instrucional ancorado em competências estruturantes que transcendem ciclos tecnológicos. No caso analisado, a hipótese explicativa mais consistente é que a longevidade decorre da proporção entre conteúdo normativo estável, como os princípios arquivísticos e o regime de responsabilidade sobre a escrituração, e conteúdo dependente de plataforma, concentrado na Competência 04, justamente o elemento sujeito a obsolescência mais rápida.

Registre-se, porém, o paradoxo que conecta este achado ao anterior: a mesma coerência que explica a durabilidade do material resulta do arranjo de trabalho antes descrito, cuja sustentabilidade é precisamente o que se questiona. A durabilidade obtida não é, portanto, atributo replicável do método, mas produto de uma condição de trabalho que não deveria ser tomada como padrão.

CONCLUSÃO

A experiência como conteudista, formadora e tutora no Curso Técnico em Secretaria Escolar da Rede e-Tec Brasil evidenciou que os desafios da formação técnica a distância estão intimamente ligados à capacidade de humanizar e dinamizar o conteúdo instrucional, convertendo materiais potencialmente áridos em experiências de aprendizagem contextualizadas. A produção de um material que uniu o rigor técnico de manuais normativos à integração planejada de mídias digitais e hiperlinks permitiu aproximar os estudantes de uma realidade frequentemente percebida como distante ou excessivamente burocrática.

A principal reflexão teórica consolidada por este relato é que a fidedignidade documental na vida escolar não constitui mera formalidade obrigatória. O registro preciso em um histórico escolar ou a guarda correta de uma pasta em arquivo permanente são atos de salvaguarda de direitos fundamentais. Um erro de escrituração ou um arquivo extraviado pode comprometer trajetórias inteiras. Nesse sentido, a secretaria escolar deixa de ser vista como setor meramente operacional para ser reconhecida como espaço de garantia da memória e da cidadania, no qual o rigor técnico funciona como proteção contra a invisibilidade dos direitos dos estudantes.

Três achados merecem destaque por seu caráter propositivo. Primeiro, a heterogeneidade no aproveitamento dos recursos digitais complementares indica que a inclusão digital na EaD técnica não se resolve pela disponibilização de materiais em múltiplos formatos, exigindo diagnóstico prévio de letramento digital. Segundo, a maior dificuldade

discente concentrou-se na competência de natureza operacional e digital, o que recomenda ampliação de carga horária e ambientes de simulação seguros para essa etapa. Terceiro, e de maior alcance, o acúmulo de funções docentes revelou-se condição e limite da experiência: favoreceu a coerência entre material e mediação, mas individualizou responsabilidades estruturalmente coletivas, de modo que os resultados obtidos não são replicáveis sem que se enfrente o desenho institucional do trabalho docente na EaD pública.

Retomar esta experiência quase uma década depois permite constatar que o design instrucional contextualizado, a integração multimídia e a mediação docente qualificada, que em 2017 representavam inovações promissoras, tornaram-se elementos centrais no cotidiano educacional pós-pandemia, conforme documentam Maciel e Souza (2024), Costa e Almeida (2024) e Oliveira (2023). As práticas relatadas alinhavam-se, portanto, a um movimento que se consolidaria nos anos seguintes, ainda que a questão do trabalho docente que as sustenta permaneça, em larga medida, em aberto.

Como recomendações para pesquisas futuras, sugere-se replicar o modelo de design instrucional aqui descrito em outras áreas da EaD técnica, aplicar instrumentos de mapeamento de letramento digital no início das ofertas, investigar comparativamente arranjos de divisão do trabalho docente entre concepção e mediação, e conduzir estudos longitudinais que avaliem o impacto dessa abordagem nas competências profissionais dos egressos. Capacitar o secretário escolar sob os princípios da administração científica, da arquivística moderna e da ética profissional significa conferir eficiência à gestão pública, transparência às instituições democráticas de ensino e respeito à história de vida de cada estudante que por elas passa.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. (Trad. L. A. Reto e A. Pinheiro). Edições 70, São Paulo, 2016.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016: normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da União, seção 1, n. 98, p. 44-46, Brasília, 2016.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2017*. Inep, Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar>. Acesso em: 25 abr. 2026.



- COSTA, M. A.; ALMEIDA, R. S. EaD: um olhar sobre as tendências após a pandemia. *Dialogia*, São Paulo, n. 46, p. 1-15, 2024.
- CUNHA, L. F. F.; SILVA, A. S.; SILVA, A. P. O ensino remoto no Brasil em tempos de pandemia: diálogos acerca da qualidade e do direito e acesso à educação. *Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal*, Brasília, v. 7, n. 3, p. 27-37, 2020.
- EUGÊNIO, J. C.; PEREIRA, N. L.; LUNARDI, G. M. Tecnologias da informação e comunicação e metodologia ativa na formação continuada do policial civil de Santa Catarina. *Revisa*, v. 10, n. 2, p. 59-74, 2023.
- FARTES, V. L. B.; SANTOS, A. P. Q. O. Saberes, identidade e autonomia na cultura docente na educação profissional e tecnológica. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n. 143, p. 376-401, maio/ago. 2011.
- FILATRO, A. Design instrucional contextualizado: educação e tecnologia. São Paulo: Senac, 2008.
- GALVÃO, G. K. A. Técnicas e Estratégia de Organização: curso técnico em Secretaria Escolar – Educação a distância. Recife: Secretaria Executiva de Educação Profissional de Pernambuco, 2017.
- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- JARDIM, J. M. O conceito e a prática de gestão de documentos. *Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 35-42, jul./dez. 1987.
- KEARSLEY, G. Aprendizagem online: reflexões pessoais sobre a transformação da educação. *Tecnologia Educacional*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 143, p. 27-32, 2005.
- LÜCK, H. Dimensões de gestão escolar e suas competências. Curitiba: Editora Positivo, 2009.
- MACIEL, F. S.; SOUZA, L. M. Crescimento do ensino à distância após a pandemia no Brasil. *Revista REASE*, v. 10, n. 4, p. 1-14, 2024.
- OLIVEIRA, P. R. EaD: impossível? Desafios e possibilidades da educação a distância no contexto pós-pandêmico. 2023. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.
- RODRIGUES, K. G.; LEMOS, G. A. Metodologias ativas em educação digital: possibilidades didáticas inovadoras na modalidade EaD. *Revista Ensaios Pedagógicos*, Sorriso, v. 3, n. 3, p. 29-36, 2019.
- SCHELLENBERG, T. R. Arquivos modernos: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- SILVA, C. S. et al. Perspectivas da Educação a Distância: uma análise descritiva dos ambientes virtuais de aprendizagem nos Institutos Federais. *Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância*, São Paulo, v. 25, n. 3, 2025.